



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS E ITEM NÃO EXCLUSIVO Nº 091/2020.

INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 078/2020

Processo Administrativo n.º 30.935/2019

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de São Gonçalo, por intermédio da **Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos**, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço por item, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, do Decreto Municipal nº 004, de 13 de Janeiro de 2020, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas atualizações, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Lei Municipal nº 357/2011, a Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 03/2018, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto Municipal nº 057/2009 de 11 de março de 2009 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 03/12/2020

Horário: 10:00

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro formal de preços para futura e eventual aquisição de material esportivo para atender a demanda das UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Educação.

2.2. Não existem outros órgãos participantes nesta licitação.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

3.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 A ata de registro de preços, durante sua validade, com propósito de estimular e incentivar fomento de competidores para o certame o qual deflui em persecução a proposta mais vantajosa, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto Municipal nº 057, de 2009.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, na forma do Art. 8º, § 3º do Decreto Municipal nº 057/2009 e na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.4. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de



cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.5.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

5.1 Poderão participar desta licitação os interessados que atendam a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, cuja finalidade social abranja o objeto deste certame, sendo que para os **Itens Exclusivos** correspondentes aos itens com valores máximos estimados de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), destinados **exclusivamente** a participação de **MEI/ME/EPP e Equiparadas** **que** **são** **os** **itens:** **2,3,4,5,7,9,10,11,14,15,16,17,18,19,21,24,25,26,27,29,30,31,32,33 e 35** conforme dispõe a Lei Complementar nº. 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº. 147/2014 e, para os **itens NÃO EXCLUSIVOS** correspondentes aos itens com valores estimados acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) **que são os itens:** **1,6,8,12,13,20,22,23,28 e 34**, todos identificados na Proposta Comercial – Anexo II do Edital, destinados a participação tanto de **MEI/ME/EPP e Equiparadas** como também de quaisquer empresas especializadas no ramo, legalmente constituídas e que atendam a todas as exigências estabelecidas neste Edital e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018.

5.1.1 Na hipótese de deserção ou fracasso dos itens destinados à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas na forma do item anterior, será realizada a republicação do edital, com ampla participação, sem exclusividade para os respectivos itens, o que será precedido de competente justificativa e autorização pelas autoridades competentes.

5.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.2.2 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.2.3 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

5.2.4. empresas que se encontrem sob o regime falimentar **As empresas em recuperação judicial que tenham seu plano de recuperação aprovado pelo juízo competente poderão participar do certame;**



5.2.5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

5.3. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

5.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

5.3.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.3.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

5.3.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

5.4. Para fins de este Edital, entende-se por Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte aptas a participar do presente certame aquelas definidas no Artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06 e que não se enquadram em nenhuma das situações previstas no § 4º deste mesmo Artigo 3º da Lei Complementar 123/06.

5.4.1. Entende-se por Microempreendedores Individuais aptos a participar do presente certame aqueles definidos na Lei Complementar 128/08.

5.4.2. Os Microempreendedores Individuais, as Microempresas e as Empresas de Pequenos Porte doravante serão designadas respectivamente por MEI/ME/EPP.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital e seus anexos, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital e seus anexos, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.



- 6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 6.8. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 6.9. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 7.1.1. Valor unitário e total do item ou percentual de desconto;
 - 7.1.2. Marca;
 - 7.1.3. Fabricante;
 - 7.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
 - 7.1.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
 - 7.1.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
 - 7.1.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



7.1.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.1.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e da União, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A aceitação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito nas fases subsequentes.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, limitado a quatro casas decimais.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 01 (um) centavo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

- 8.8.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 8.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 8.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;
- 8.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.19. O Critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 8.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

8.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

8.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.28.1. no país;

8.28.2. por empresas brasileiras;

8.28.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;

8.28.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.



8.31. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.32. **O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos anexos e documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

8.33. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto Municipal n.º 004/2020.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.4 **A proposta de preço contendo as especificações detalhadas dos itens ofertados, com o valor atualizado da licitante detentora da melhor oferta, acompanhado com manuais folders/encartes de cada item que compõe o grupo vencedor, se for o caso; proposta vencedora, DEVERÁ ser enviada ELETRONICAMENTE, NO PRAZO DE 24 (vinte e quatro) horas contando da solicitação do Pregoeiro, por meio da opção “ENVIAR ANEXO” do Portal Comprasnet, em arquivo único (conforme IN nº03/2018 MPOG art. 21, §6º).**

9.4.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.5 Caso a Licitante não logre êxito em enviar eletronicamente ou equivocar-se no envio do arquivo através do sítio oficial (COMPRASNET), deverá oficializar a solicitação ao Pregoeiro da reabertura do prazo remanescente no sistema, através de e-mail: pregoeletronico@pmsg.rj.gov.br contendo o “*printscreen*” da tela e aviso por telefone (21)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

2199-6442 / 2199-6329. Tal solicitação não será garantia da reabertura de prazo após a análise do Pregoeiro.

9.6 Caso o sítio oficial (COMPRASNET) esteja indisponível, deverá registrar através da Plataforma de Atendimento disponível no Portal de Compras Governamentais (<http://portaldeservicos.planejamento.gov.br> ou 0800-978-9001) um acionamento do ocorrido, remetendo o protocolo através de e-mail: pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br ou aviso por telefone **(21) 2199-6442 / 2199-6329** ao Pregoeiro para reabertura do prazo remanescente no sistema. Após análise do Pregoeiro em consulta ao SERPRO, tal solicitação não será garantia da reabertura de prazo.

9.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.8 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.9 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.10. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.11. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.12. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.



10. DA HABILITAÇÃO

10.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1. SICAF;

10.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

10.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

10.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:7263467310545:::P3_TIPO_RELACAO:I_NIDONEO);

10.1.5. Lista de Empresas Sancionadas, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ (<https://www.tce.rj.gov.br/empresas-sancionadas>);

10.1.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.7. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.8. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.9. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.10. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.11. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

10.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

10.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

10.2.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.2.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

10.2.4 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de inabilitação.

10.2.5 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.2.6 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.2.7 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.2.8 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.2.9 Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

10.2.10 Ressalvado o disposto no item 5.2, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.3 Habilitação jurídica:

10.3.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

10.3.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.3.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.3.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.3.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.3.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, conforme determina Artigo 1.134 do Código Civil Brasileiro.

10.3.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.4 Regularidade fiscal e trabalhista:

10.4.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.4.2 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.4.3 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.4.4 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.4.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa de Débitos e da Certidão Negativa de Dívida Ativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

10.4.6 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de Débitos e da Certidão Negativa de Dívida Ativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

10.4.7 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.4.8 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.4.9 caso o licitante seja considerado isento dos tributos federais, estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração das respectivas Fazendas do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.4.10 Os documentos constantes nos subitens **10.4.4, 10.4.5, 10.4.6, 10.4.7 e 10.4.8** deverão ter validade na data estipulada no preâmbulo para envio da proposta.

10.5 Qualificação Econômico-Financeira.

10.5.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

10.5.2 A sede da licitante onde a Comarca já esteja em funcionamento o Processo Judicial Eletrônico-PJe, a Certidão de falência ou recuperação judicial deverá ser requerida diretamente ao Tribunal de Justiça do Estado-TJe.

10.5.3 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.5.4 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

10.5.5 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.5.6 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

10.5.7 Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº



5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

- 10.5.8 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}$$

$$\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$$SG = \text{Ativo Total}$$

$$\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$$LC = \text{Ativo Circulante}$$

$$\text{Passivo Circulante}$$

- 10.5.9 caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

- 10.5.10 As certidões descritas no item **10.5.1** que não possuam prazo de validade expresso deverão ter sido expedidas há menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta.

10.6 Qualificação Técnica

10.6.1. A comprovação da qualificação técnica se dará por intermédio da apresentação de Atestados de Capacidade Técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento de objetos idênticos ou semelhantes ao deste documento;

10.6.2. Havendo dúvida quanto à veracidade do Atestado, a Comissão de Licitação e / ou o Pregoeiro poderão exigir a apresentação da cópia original com firma reconhecida;

10.6.3. Considerando que por meio deste Termo de Referência serão disponibilizados bens públicos que serão utilizados perante os alunos da Rede de Ensino do Município, o critério de qualificação técnica declinado busca minimizar riscos associados a contratações desta relevância.



10.7 Da Amostra

10.7.1 A licitante melhor classificada deverá apresentar as amostras dos produtos em até 5 (cinco) dias úteis em que for declarada vencedora. Juntamente com as amostras deverão ser entregues laudos efetuados em laboratório acreditado pelo INMETRO, que comprove as especificações exigidas. A não apresentação das amostras, bem como dos laudos, fara com que a licitante seja desclassificada e será convocada a licitante classificada em segundo lugar e assim por diante. Conforme Lei N° 8.666/93, Art. 30.

10.7.2 A entrega da(s) amostra(s) conforme pedido efetuado pela **Secretaria Municipal de Educação** deverá ser realizada no Endereço Travessa Uricina Vargas N.º 36 – Mutondo – São Gonçalo/RJ – CEP 24.452-020, das **09:00** horas às **16:00** horas;

10.7.3. As amostras deverão ser entregues em embalagem, contendo as seguintes descrições: nome do licitante, número do CNPJ, número da licitação, número do processo, item, lote, data, marca do produto, etc.

10.7.4 Critérios para aprovação e reprovação de Amostras

10.7.4.1 As amostras apresentadas exigidas neste termo de referência deverão ser avaliadas, por servidor previamente designado pela pasta solicitante, que levará em consideração as descrições dos bens e emitirá parecer técnico com base em critérios objetivos, apontados em formulário próprio anexo a este Edital.

10.7.4.2 Caso as amostras apresentadas pelo licitante vencedor da fase de lances não sejam aprovadas, deverá ser convocado o próximo licitante, obedecendo a ordem de classificação.

10.8 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

10.9 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.10 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.11 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.11.1 A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.12 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.13 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.14 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.15 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

10.16 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

10.17 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.18 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10.19 Em caso de anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, deverá ser comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente, sob pena de inabilitação.

10.20 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, **conforme os subitens 9.4 a 9.7 deste edital**, e deverá:

11.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2 a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.



11.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11.4 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

11.5 divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.6 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.7 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.8 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11.9 A proposta final deverá ser encaminhada com os respectivos manuais, encartes/*folders*, *se for o caso* e demais informações pertinentes ao(s) respectivo(s) lote(s) vencidos no certame.

12 DOS RECURSOS

12.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.3 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.4 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.5 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias **corridos** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



12.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15 DO PREÇO

15.1 Os preços são fixos e irreajustáveis.

15.2 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 057, de 2009.



16 DO PAGAMENTO

16.1 Os pagamentos serão creditados em conta corrente da titularidade da Contratada, desde que seja instruído com:

16.2 Pedido endereçado ao Ordenador de despesa, onde deverão constar os dados bancários (nome da Instituição Financeira Agência e Conta Corrente);

16.3 Cópia da nota fiscal, devidamente atestada, e as Certidões de Regularidade do Empregador (FGTS) e da de débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e a dívida Ativa da União;

16.4 O pagamento não poderá ser superior ao prazo de 30(trinta) dia, contados a partir da data final do período de adimplemento da respectiva parcela.

17 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias úteis dias, a contar da data de seu recebimento.

17.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

17.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

17.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

18 DO TERMO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

18.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

18.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.

18.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

18.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

18.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

18.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

18.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

19 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

20 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

21 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1 não assinar o contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho dentro do prazo.

21.1.2 apresentar documentação falsa;

21.1.3 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.4 ensejar o retardamento da execução do objeto;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

21.1.5 não mantiver a proposta;

21.1.6 cometer fraude fiscal;

21.1.7 comportar-se de modo inidôneo;

21.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.4.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.4.2 Multa de **0,33% (zero vírgula trinta e três por cento)** sobre o valor do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do contratado;

21.4.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.4.4 Impedimento de licitar e de contratar com o Município de São Gonçalo e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.



21.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.10 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.11 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.12 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,

21.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.14 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2 A impugnação será realizada na forma eletrônica, por meio do e-mail pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br.

22.3 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

22.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

22.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.8 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.



22.9 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

23 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> e <https://servicos.pmsg.rj.gov.br/licitacao/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos, endereço Rua Feliciano Sodré, nº 100, Centro, SG, nos dias úteis, no horário das 9:00 horas às 16:30 horas,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Parecer Técnico

ANEXO III – Proposta Comercial

ANEXO IV - Planilha Orçamentária;

ANEXO V – Ata de Registro de Preços;

ANEXO VI – Minuta de Contrato.

São Gonçalo, ____ de _____ de 2020.

MAURÍCIO NASCIMENTO DE ALMEIDA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MATRÍCULA: 21.101



ANEXO I **TERMO DE REFERÊNCIA**

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente projeto é documento integrante do expediente deflagrado para instauração de procedimento licitatório para elaboração de **REGISTRO DE PREÇOS**, cujo objeto é a Aquisição de Material Esportivo para atender a demanda das **UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Os materiais de uso esportivo para atender a demanda das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino serão adquiridos para serem utilizados diariamente nas atividades esportivas desenvolvidas nas aulas de educação física e campeonatos estudantis.

2.2. A motivação para licitação no sistema de registro de preços se dá pela disponibilidade financeira decorrente do exercício corrente, cabendo ao gestor gerenciar adequadamente o equilíbrio das necessidades de despesa com a disponibilidade financeira, evitando assim que as despesas adquiridas não tenham suporte para serem pagas nos moldes que determinam a Lei.

2.3. Sabemos, portanto, que a receita (recursos financeiros), é decorrente de repasses, taxas e tributos produzidos durante o exercício financeiro, enquanto a despesa (recursos orçamentários) é disponibilizada em sua grande parte no início do exercício financeiro, fazendo com que o administrador detenha o dever de através do sistema de Registro de Preços, fracionar a despesa adequando-a com a receita disponível.

2.4. Acrescento que se trata de aquisição de bem comum, pois a aquisição dos equipamentos em geral encontra-se presente no Decreto 004 de 13 de janeiro de 2020, que regula a modalidade Pregão no âmbito do município de São Gonçalo/RJ.

3. OBJETIVO DO TERMO DE REFERÊNCIA

3.1. Este documento tem por finalidade, fornecer dados e informações mínimas necessárias aos interessados em participar do certame licitatório, promovido para contratação de fornecimento acima referido, bem como estabelecer as obrigações da(s) empresa(s) sobre a(s) qual(is) recairá a adjudicação do certame.

3.2. Ressalta-se que as quantidades informadas nesta licitação referem-se ao número de itens que irão atender as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

3.3. A licitação será pelo tipo “menor preço por item” conforme tabela constante no Termo de Referência.

3.4. A Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação, na forma do artigo 4º, §2º do Decreto Municipal n.º 57/2009.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

3.5. O objeto deste Termo de Referência trata-se de materiais específicos para o atendimento da Secretaria Municipal de Educação, onde a distribuição às Unidades Educacionais dos quantitativos relacionados no item 4 encontra-se disposto no ANEXO I.

3.6. Trata-se de aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, de acordo com o descrito no Art. 3º, II, do Decreto Municipal 004/2020.

4. DA AUTORIZAÇÃO PARA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100 % (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, na forma do Art. 8º, III, do Decreto Municipal nº 057/2009 e na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos participantes que aderirem.

5. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E QUANTIDADES

MATERIAIS DIVERSOS			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QDE. SOLICITADA.
01	Bola de Basquete (feminino) - Tamanho adulto, confeccionada em microfibra, câmara airbility, medindo entre 72-74 cm, pesando entre 510-565 gramas. Miolo removível slip system, lubrificado, matrizada.	UND	585
02	Bola de Basquete (masculino) - Tamanho adulto, confeccionada em borracha, câmara butil, medindo entre 75-78 cm, pesando entre 650-650 gramas. Miolo removível slip system, lubrificado, matrizada.	UND	585
03	Bola de Basquete (infantil) - Tamanho mirim, confeccionada em borracha, câmara butil, medindo entre 72-74 cm, pesando entre 450-500 gramas. Miolo removível slip system, lubrificado, matrizada.	UND	585
04	Bola Oficial de Futsal (61-64 cm) - Oficial aprovada e com selo da Confederação Brasileira de Futsal ou por no mínimo 1 Federação estadual de Futsal nacional, circunferência de 61-64 cm, peso de 410 a 440 g, com tecnologia de 0% de absorção de água, costurada a mão, câmara airbility, miolo slip system removível e lubrificado.	UND	1.170
05	Bola de Vôlei Oficial – Tamanho oficial adulto, confeccionada em PVC ou microfibra, costurada, com câmara de butil, medindo entre 65-67 cm, pesando entre 260-280 gramas. Gomos com enchimento de EVA, com calibragem 7-9 lb e miolo removível, tornando a bola mais macia e menos contundente. Com válvula.	UND	585
06	Bola Oficial de Beach Handball HB3 – Tamanho Masculino – HB3, com 32 gomos matrizados, miolo lubrificado e removível, câmara de látex. Toque super suave, com uma camada de espuma adicional (aprovada pela IHF e CBHB).	UND	585



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

	Peso Oficial: 325 – 400 g. Tamanho: 53 cm de diâmetro.		
07	Bola Oficial de Handebol H1L Tamanho Infantil, confeccionada em PVC, costurada, com câmara de butil, medindo entre 49-51 cm, pesando entre 230 e 270 gramas, Com válvula.	UND	585
08	Bola Oficial de Handebol H2L Tamanho juvenil/feminino, costurada, confeccionada em PVC, com câmara de butil, medindo entre 54-56 cm, pesando entre 325 e 400 gramas, Com válvula.	UND	585
09	Bola Oficial de Handebol H3L Tamanho Masculino, costurada, confeccionada em PVC, com câmara de butil, medindo entre 58-60 cm, pesando entre 425 e 475 gramas, miolo slip system removível e lubrificado.	UND	585
10	Bola para iniciação nº 8, Tamanho nº 8, nas cores amarela, confeccionada em borracha, medindo aproximadamente 40 e 42 cm, pesando entre 110 – 120 g, miolo substituível, câmara em butil.	UND	585
11	Bola para iniciação nº 10, Tamanho nº 10, nas cores vermelha, confeccionada em borracha, medindo aproximadamente 48 e 50 cm, pesando entre 180 – 200 g, miolo substituível, câmara em butil.	UND	585
12	6. Cone de sinalização Com 75 cm de altura, com 1,21 cm de diâmetro, fabricado em polietileno semi flexível com duas ou três fitas refletivas ou não refletivas, impermeável, na cor laranja.	UND	3.000
13	7. Rede para Futsal Par Rede Gol Futsal Fio 6 mm Nylon Futebol de Salão. Confeccionada na malha 12x12 cm em corda trançada.	PAR	468
14	8. Rede Oficial para Vôlei de Quadra Rede de Voleibol 9,5 m com 4 faixas sintéticas de PVC, cordas para sustentação, costura dupla, Fio 1,5 mm, malha 14x14 cm medindo 1,00 de altura por 9,5 metros de comprimento, fabricado a máquina com tecnologia sem nós e Fio de Seda.	UND	234
15	9. Rede para aros de basquete Rede de competição oficial com nó artesanal em corda dupla de algodão de 6 mm de espessura, franjas e 12 alças.	PAR	468
16	10. Antenas Oficiais para rede de voleibol Material: Fibra de vidro, com 1,80 metros de altura e 1,0 cm de largura, na cor oficial branca e vermelha.	PAR	234
17	11. Fita para fixação da antena de voleibol confeccionada em algodão e costuras em poliamida. Possui 1,0m de comprimento e 5,0 cm de largura, com velcros para melhor fixação da antena à rede e de fácil manuseio.	PAR	468
18	Jogo de Dominó com Maleta Metálica Com 28 peças, sendo 06 dobres em cores diferentes peças feitas em material sintético, regras inclusas. Dimensões: 5 cm comprimento x 2,5 cm largura x 1 cm altura. Peso: 0,9 Kg. Medida Maleta: 4x14x21 (AxLxC).	CX	1.000



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

19	12. Jogo de Dama Tabuleiros e peças em madeiras, sendo 24 peças, sendo 12 na cor vermelha e 12 na cor preta. Tabuleiro Aberto com 26x26 cm.	JG	1.000
20	13. Jogo de Xadrez com Tabuleiro na cor Marrom Peças de madeira trabalhada, tabuleiro madeira trabalhada, peças acondicionadas em saquinhos de algodão, tamanho do tabuleiro aberto: 40x40 cm, tamanho da caixa (tabuleiro fechado): 20x40x5 cm de altura, tamanho do peão: 3,2 cm, tamanho da torre: 4 x 2,5 cm, tamanho do bispo: 6x2,5 cm, tamanho do Cavalo: 5,5x2,5 cm, tamanho da rainha: 6,5x3 cm, tamanho do rei: 8x3 cm. As peças devem ter a base com fundo de veludo.	JG	1.000
21	14. Cronômetro-memória Para 200 voltas, tela grande de LCD com mostrador de 2 linhas, mostra a volta mais rápida, volta mais lenta e calcula o tempo médio, contagem regressiva com faixa de trabalho de 10 horas, função ritmo com intervalos de ritmo selecionáveis, mostra ano, mês, data, semana, hora, minutos e segundos, formato de hora 12/24 e alarme.	UND	468
22	15. Colchonete produzido em EVA para alongamentos e exercícios abdominais, tem como características ser leve e fácil de transportar, material: EVA atóxico com 100% de memória. Capacidade: 200 kg. Cor: Azul. Tamanho: 100 cm x 50 cm x 20 mm. Lavável: Sim. Garantia conta defeito de fabricação, com a Logomarca colorida da Prefeitura Municipal.	UND	5.000
23	16. Tabela de Basquete Móvel - Produzida em aço com estrutura reforçada. Pintura contra ferrugem e aro clássico. Resistente ao sol e a chuva, fácil para limpar. Desenvolvida para ter durabilidade. Rede em Nylon. Portátil. Altura do anel: 1,65 m - 2,05 m Diâmetro da borda: 42 cm, para basquete padrão Tamanho do painel: 73 cm x 49 cm Tamanho da base: 75,5 cm x 18,5 cm x 51 cm A base pode ser preenchida com 35 kg de água ou 50 kg de areia para manter a estabilidade. Itens Inclusos: base, tabela, aro e rede. Garantia do Fabricante: 12 meses contra defeito de fabricação.	UND	468
24	Corda de pular indicada para: treinamento, ganho de força e resistência muscular, auxilia no emagrecimento e condicionamento físico. Material: PVC. Composição: corda em PVC, manopla de espuma. Dimensões aproximadas: 2,75 m. Importante: sem rolamento. Garantia do fabricante: 3 meses. Acompanhar manual e exercícios.	UND	2.000
25	Escada de agilidade ideal para circuito e treinamento de agilidade. Foi desenvolvida com 9 degraus. Características: cor laranja e preta, lavável. Material: nylon. Dimensões: aproximadamente 3,95 x 0,58 cm (CxL). Peso: 300 g. Garantia: contra defeitos de fabricação. Acompanhar manual de exercícios.	UND	1.000
26	Rede para Tênis de Mesa Oficial Rede de Tênis de c/ Suporte		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

	em PVC rígido, sendo dois suportes contam com tratamento antiferrugem que duram por muitas partidas. Já a rede em poliamida é leve e também suporta bem os desgastes de uso, dois suportes em PVC rígido. Antiferrugem. Composição: 100%, poliamida. Dimensões aproximadas (LxA): 177x15 cm. Garantia do Fabricante contra defeito de fabricação. Modelo: Dobrável, contendo um par.	PAR	1.000
27	Raquete para Tênis de Mesa Empunhadura: Clássica, densidade da lâmina: Média, espessura da lâmina: 6.0 milímetros, comprimento máximo: 25.03 centímetros, largura máxima: 15.00 centímetros, peso aproximado: 144 g, Material: 100% Madeira de ótima qualidade, modelo / Cabo: Clássica (FL), estrutura do cabo: Madeira com dureza média, controle: 90%, velocidade: 35%, classificação: OFF. Quantidade de folhas: 5 folhas.	PAR	2.000
28	Mesa para Tênis de Mesa Dobrável Cor do Tampo: cor azul com linhas brancas. Estrutura da Base (pés): Madeira, Ferro. Base articulável (pés): Sim, a mesa possui pés desmontáveis que ajudam no armazenamento da mesa em locais com pouco espaço; possui rodízios Sim, mesa possui pés com rodas para facilitar a locomoção; Espessura do tampo: 25 milímetros; Medida Oficial: Padrão Oficial. Medida mesa (montada) (AxLxC): 77 cm x 153 cm x 274 cm Medidas mesa (embalada) (AxLxC): 17.00 x 153 cm x 274 cm. Peso da mesa aproximadamente: 81 kg. Garantia do Fabricante; 12 meses contra defeito de fabricação.	UND	234
29	Bomba de encher bola double action, acompanha duas agulhas e mangueira.	UND	468
30	Kit Badminton composto de 4 raquetes e três petecas de nylon, rede e suporte. Composição das raquetes: Aço. Cor: preto e laranja. Peso aproximado da raquete: 115 g. Dimensões aproximadas da raquete: 66 x 20 x 3 cm. Conjunto perfeito para quem pretende iniciar no badminton ou simplesmente se divertir nas horas de lazer. O kit é composto por 4 raquetes de badminton, 3 petecas de nylon, 1 jogo de rede (rede e postes) e 1 bolsa de armazenamento.	UND	468
31	Colete Esportivo Dupla Face. Tecido 100% poliéster ponto diamante nos tamanhos pequeno (P), médio (M) e grande (G), nas cores vermelho e azul.	UND	4.680
32	Apito profissional composto de polietileno rígido, não tóxico, sem emendas e sem composição de outro material, com som mínimo de 90 Decibéis na cor preta. Acompanha cordão confeccionado em algodão. Garantia do Fabricante: Contra defeito de fabricação.	UND	1.000
33	Bambolê confeccionado em polietileno virgem medindo ½” de diâmetro com parede de 1,1cm com 63 cm de circunferência.	UND	2.000
34	Mesa de Totó 302 – Mesa Pebolim Of. Embutido Boneco Alumínio. Medida: externa (caixote) - 1.33m x 0.74m externa com ferros - 1.33m x 1.00 m interna - 1.09m x 0.70m altura - 0.91m. Material: painel de madeira revestido em Amapá Belém tingido na cor mel, com duas gavetas e quatro pés de		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

	MDF em forma de cantoneira e sapata em madeira. Bonecos de alumínio e ferros sobrepostos. Acessórios: bolas de pebolim texturizadas em material ABS / TPU (3 unidades). Embalagem: caixa de papelão - medida: 1,41m x 1,08m x 0,28m. Peso Líquido: 35 kg. Peso bruto: 37 kg.	UND	234
35	Bola Oficial de Tênis de Mesa Caixa com 6 unidades, categoria 02 Estrelas, tamanho e Peso Oficiais, confeccionadas em celulóide resistente a deformação, quique suave, diâmetro: 40 mm, peso: 2,74g.	CX	2.340

5.1. Quanto aos quantitativos, a análise foi feita de forma técnica com base na quantidade de escolas e alunos existentes na Rede Pública Municipal.

17. JUSTIFICATIVA DE QUANTITATIVOS

6.1. Quanto à fixação da quantidade e dimensionamento da aquisição, foi levado em consideração a classificação das unidades escolares, conforme Portaria nº 019/SEMED/2019, aumentando assim alguns itens devido ao porte, bem como, foi prevista uma reserva para substituição em torno de 5% do total das unidades, para atender a demanda da Rede Municipal de Ensino nas atividades de educação física e campeonatos estudantis. Todo o material será distribuído de acordo a necessidade de cada unidade conforme planilha de distribuição anexa.

7. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

7.1. Trata-se de aquisição de bem classificado como comum, conforme Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, e Decreto Municipal n.º 142, de 04 de agosto de 2004.

8. DA GARANTIA

8.1. A CONTRATADA deverá fornecer garantia de 90 dias a partir da data de emissão da nota fiscal de compra, como estabelece o código de defesa do consumidor (lei 8.078 - 11/09/1990 - art. 26 inciso II).

8.1.1. Na hipótese da CONTRATADA oferecer garantia por tempo superior, prevalecerá esta.

8.1.2. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, entregar Termo de Garantia no ato da entrega dos equipamentos, sob pena de não lhe ser fornecido sequer recebimento provisório.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada,



inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE:

10.1. A CONTRATADA obriga-se a:

10.1.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

10.1.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.1.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10.2. O CONTRATANTE obriga-se a:

10.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



10.2.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.2.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.2.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.2.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

11.1. A Empresa a ser licitada/contratada deverá estar em dia com as documentações e cumprir as exigências a seguir:

11.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA: a) Registro Comercial, no caso de empresa individual; b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais; c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b”, deste subitem; d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício; e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

11.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA: a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ); b) Prova de regularidade para com as Fazendas: Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões: b.1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, inclusive contribuições sociais (previdenciárias); b.2) Certidão de Negativa ou Positiva com efeitos de negativa de débitos estaduais, da dívida ativa do Estado ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei; b.3) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças da sede do licitante. c) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF (Certificado de Regularidade do FGTS). d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, expedida gratuita e eletronicamente ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da CNDT no caso de existência de débitos garantidos por penhora suficiente ou com exigibilidade suspensa, (exigência da Lei 12.440/11).

11.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: Certidão negativa de falência, concordata,



recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica e balanço registrado na junta comercial.

12. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITE

12.1. O prazo de entrega do objeto é de 15 (quinze) dias, contados da retirada da nota de empenho pela Contratada;

12.2. O objeto deverá ser entregue de segunda a sexta-feira, das 10 às 17 horas, na Travessa Uriscina Vargas N.º 36 – Mutondo – São Gonçalo/RJ – CEP 24.452-020 que será posteriormente distribuído pela mesma para as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;

12.3. O objeto estará sujeito à aceitação pela Secretaria Municipal de Educação, a qual caberá o direito de recusar, caso o mesmo não esteja de acordo com o especificado;

12.4. Correrão por conta da Contratada, até a entrega do objeto, todas as despesas referentes ao transporte, como, por exemplo, frete, tributo, seguro, etc.

12.5. O objeto será recebido provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

12.5.1. Poderá ser dispensado o recebimento provisório. Dispensado, o mesmo será substituído por recibo a ser emitido pelo responsável pelo recebimento;

12.5.2. O objeto deverá ser entregue acompanhado da nota fiscal, onde constará detalhadamente, entre outros, as indicações da marca, fabricante, ano, modelo, peso, fabricante, garantia e seu prazo, etc.;

12.5.3. O objeto será recebido definitivamente, no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, pelo responsável da focalização do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

12.5.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere à Cláusula anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

12.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

13. VALIDADE DA PROPOSTA

13.1. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data de sua apresentação

14. VALIDADE DO REGISTRO

14.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação. Em razão da natureza do objeto, não será admitida prorrogação, tendo o contrato duração vinculada à vigência dos respectivos créditos orçamentários.



15. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.1. A comprovação da qualificação técnica se dará por intermédio da apresentação de Atestados de Capacidade Técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento de objetos idênticos ou semelhantes ao deste documento;

15.2. Havendo dúvida quanto à veracidade do Atestado, a Comissão de Licitação e / ou o Pregoeiro poderão exigir a apresentação da cópia original com firma reconhecida;

15.3. Considerando que por meio deste Termo de Referência serão disponibilizados bens públicos que serão utilizados perante os alunos da Rede de Ensino do Município, o critério de qualificação técnica declinado busca minimizar riscos associados a contratações desta relevância.

16. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

17. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

17.1. A aquisição dos objetos do presente Termo de Referência tem amparo legal no Decreto municipal n.º 142/2004 e n.º 057 de 10 de março de 2009 e, subsidiariamente, na Lei n.º 8.666/93.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório

19. INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. A Contratada que cometer algumas das infrações constantes nas Leis Federais n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, e Decreto Municipal n.º 142, de 04 de agosto de 2004, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

19.2. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

19.3. Multa moratória de percentual a ser fixado pelo Edital e minuta contratual por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de dias a serem fixados pelo Edital e minuta contratual;

19.4. Multa compensatória de percentual a ser fixado pelo Edital e minuta contratual sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

19.5. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

19.6. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;



19.7. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos, quando houver declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

19.8. Também ficam sujeitas às penalidades do artigo 87, incisos III e IV, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, as empresas ou profissionais que:

19.8.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.8.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.8.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho 1993, e, subsidiariamente, a Lei Federal n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

19.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20. DO PAGAMENTO:

20.1. Os pagamentos serão creditados em conta corrente da titularidade da Contratada, desde que seja instruído com:

20.2. Pedido endereçado ao Ordenador de despesa, onde deverão constar os dados bancários (nome da Instituição Financeira Agência e Conta Corrente);

20.3. Cópia da nota fiscal, devidamente atestada, e as Certidões de Regularidade do Empregador (FGTS) e da de débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e a dívida Ativa da União;

20.4. O pagamento não poderá ser superior ao prazo de 30(trinta) dia, contados a partir da data final do período de adimplemento da respectiva parcela.

21. DO REAJUSTE

21.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.



22. DA APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA

22.1. A licitante melhor classificada deverá apresentar as amostras dos produtos em até 5 (cinco) dias úteis em que for declarada vencedora. Juntamente com as amostras deverão ser entregues laudos efetuados em laboratório acreditado pelo INMETRO, que comprove as especificações exigidas. A não apresentação das amostras, bem como dos laudos, fará com que a licitante seja desclassificada e será convocada a licitante classificada em segundo lugar e assim por diante. Conforme Lei N° 8.666/93, Art. 30.

22.2. A entrega da(s) amostra(s) conforme pedido efetuado pela **Secretaria Municipal de Educação** deverá ser realizada no Endereço Travessa Uricina Vargas N.º 36 – Mutondo – São Gonçalo/RJ – CEP 24.452-020, das **09:00** horas às **16:00** horas;

22.3. As amostras deverão ser entregues em embalagem, contendo as seguintes descrições: nome do licitante, número do CNPJ, número da licitação, número do processo, item, lote, data, marca do produto, etc.

23. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1. Os recursos previstos para o fornecimento correrão à conta da(s) **Fonte(s) 00/06, Programa de Trabalho 2027.12.361.2028.2100, Natureza da Despesa 3.3.90.30.00**, conforme proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, tendo compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, e com a proposta da Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício de 2020, oriundos da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

ANEXO II - PARECER TÉCNICO

PARÂMETROS DE ACEITABILIDADE E REPROBABILIDADE DO ITEM

Processo:	Pregão:	Número do Item:
------------------	----------------	------------------------

1. IDENTIFICAÇÃO DO ITEM:

1.1. DESCRIÇÃO DO ITEM:		
1.2. CATMAT	1.3. NÚMERO DO REGISTRO	1.4. UNIDADE DE FORNECIMENTO
1.5. FORNECEDOR	1.6. MARCA	1.7. FABRICANTE

2. IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADOR:

NOME:		
MATRICULA:	LOTAÇÃO:	CARGO:

3 - CARACTERÍSTICAS AVALIADAS:

CRITÉRIOS	ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES
3.1 - Atendimento ao descritivo.				
3.2 – Atendimento à Unidade de Fornecimento				
3.3 – Qualidade do acabamento.				
3.4 - Embalagem com informações em Língua Portuguesa.				
3.5 - Data de validade dentro do especificado neste termo e visível na embalagem.				



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

3.6 - Registro ANVISA dentro do prazo de vigência e visível na embalagem.				
3.7 - Instrução de Uso que oriente a utilização adequada do insumo.				
3.8 - Anvisa, normas e legislações vigentes.				
3.9 – Atende às demais condições do deste Termo de Referência.				

4. RESULTADO DO TESTE

() Aprovado	() Reprovado
---------------------	----------------------

5. JUSTIFICATIVA PARA APROVAÇÃO OU REPROVAÇÃO DE ITEM

--

Data: ____/____/____

Responsáveis:

(Assinatura e Matrícula)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

ANEXO III
PROPOSTA COMERCIAL

Proponente:						
Endereço:						
Modalidade: Pregão Eletrônico SRP FMS				Nº ____/2020		
Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias				Prazo de Entrega: Conforme TR. (Anexo I)		
CNPJ.:				Insc. Estadual:		
Condições de Pagamento: CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL						
ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO		
				MARCA	UNIT	TOTAL
1	585	UND	Bola de Basquete (feminino) - Tamanho adulto, confeccionada em microfibra, câmara airbilty, medindo entre 72-74 cm, pesando entre 510-565 gramas. Miolo removível slip system, lubrificado, matrizada. ITEM NÃO EXCLUSIVO			
2	585	UND	Bola de Basquete (masculino) - Tamanho adulto, confeccionada em borracha, câmara butil, medindo entre 75-78 cm, pesando entre 650-650 gramas. Miolo removível slip system, lubrificado, matrizada. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS			
3	585	UND	Bola de Basquete (infantil) - Tamanho mirim, confeccionada em borracha, câmara butil, medindo entre 72-74 cm, pesando entre 450-500 gramas. Miolo removível slip system, lubrificado, matrizada. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS			
4	1.170	UND	Bola Oficial de Futsal (61-64 cm) - Oficial aprovada e com selo da Confederação Brasileira de Futsal ou por no mínimo 1 Federação estadual de Futsal nacional, circunferência de 61-64 cm, peso de 410 a 440 g, com tecnologia de 0% de absorção de água, costurada a mão, câmara airbilty, miolo slip system removível e lubrificado. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS			
5	585	UND	Bola de Vôlei Oficial – Tamanho oficial adulto, confeccionada em PVC ou microfibra, costurada, com câmara de butil, medindo entre 65-67 cm, pesando entre 260-280 gramas. Gomos com enchimento de EVA, com calibragem 7-9 lb e miolo removível, tornando a bola mais macia e menos contundente. Com válvula ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS			
6	585	UND	Bola Oficial de Beach Handball HB3 – Tamanho Masculino – HB3, com 32 gomos matrizados, miolo lubrificado e removível, câmara de látex. Toque super suave, com uma camada de espuma adicional (aprovada pela IHF e CBHB). Peso Oficial: 325 – 400 g. Tamanho: 53 cm de diâmetro. ITEM NÃO EXCLUSIVO			
7	585	UND	Bola Oficial de Handebol H1L Tamanho Infantil, confeccionada em PVC, costurada, com câmara de butil, medindo entre 49-51 cm, pesando entre 230 e 270 gramas, Com válvula. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

8	585	UND	Bola Oficial de Handebol H2L Tamanho juvenil/feminino, costurada, confeccionada em PVC, com câmara de butil, medindo entre 54-56 cm, pesando entre 325 e 400 gramas, Com válvula. ITEM NÃO EXCLUSIVO			
9	585	UND	Bola Oficial de Handebol H3L Tamanho Masculino, costurada, confeccionada em PVC, com câmara de butil, medindo entre 58-60 cm, pesando entre 425 e 475 gramas, miolo slip system removível e lubrificado. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS			
10	585	UND	Bola para iniciação nº 8, Tamanho nº 8, nas cores amarela, confeccionada em borracha, medindo aproximadamente 40 e 42 cm, pesando entre 110 – 120 g, miolo substituível, câmara em butil. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS			
11	585	UND	Bola para iniciação nº 10, Tamanho nº 10, nas cores vermelha, confeccionada em borracha, medindo aproximadamente 48 e 50 cm, pesando entre 180 – 200 g, miolo substituível, câmara em butil. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS			
12	3.000	UND	Cone de sinalização Com 75 cm de altura, com 1,21 cm de diâmetro, fabricado em polietileno semi flexível com duas ou três fitas refletivas ou não refletivas, impermeável, na cor laranja ITEM NÃO EXCLUSIVO			
13	468	PAR	Rede para Futsal Par Rede Gol Futsal Fio 6 mm Nylon Futebol de Salão. Confeccionada na malha 12x12 cm em corda trançada ITEM NÃO EXCLUSIVO.			
14	234	UND	Rede Oficial para Vôlei de Quadra Rede de Voleibol 9,5 m com 4 faixas sintéticas de PVC, cordas para sustentação, costura dupla, Fio 1,5 mm, malha 14x14 cm medindo 1,00 de altura por 9,5 metros de comprimento, fabricado a máquina com tecnologia sem nós e Fio de Seda. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS			
15	468	PAR	Rede para aros de basquete Rede de competição oficial com nó artesanal em corda dupla de algodão de 6 mm de espessura, franjas e 12 alças. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS			
16	234	PAR	Antenas Oficiais para rede de voleibol Material: Fibra de vidro, com 1,80 metros de altura e 1,0 cm de largura, na cor oficial branca e vermelha. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS			
17	468	PAR	Fita para fixação da antena de voleibol confeccionada em algodão e costuras em poliamida. Possui 1,0m de comprimento e 5,0 cm de largura, com velcros para melhor fixação da antena à rede e de fácil manuseio. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS			
18	1.000	CX	Jogo de Dominó com Maleta Metálica Com 28 peças, sendo 06 dobres em cores diferentes peças feitas em material sintético, regras inclusas. Dimensões: 5 cm comprimento x 2,5 cm largura x 1 cm altura. Peso: 0,9 Kg. Medida Maleta: 4x14x21 (AxLxC). ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

19	1.000	JG	Jogo de Dama Tabuleiros e peças em madeiras, sendo 24 peças, sendo 12 na cor vermelha e 12 na cor preta. Tabuleiro Aberto com 26x26 cm. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS			
20	1.000	JG	Jogo de Xadrez com Tabuleiro na cor Marrom Peças de madeira trabalhada, tabuleiro madeira trabalhada, peças acondicionadas em saquinhos de algodão, tamanho do tabuleiro aberto: 40x40 cm, tamanho da caixa (tabuleiro fechado): 20x40x5 cm de altura, tamanho do peão: 3,2 cm, tamanho da torre: 4 x 2,5 cm, tamanho do bispo: 6x2,5 cm, tamanho do Cavalo: 5,5x2,5 cm, tamanho da rainha: 6,5x3 cm, tamanho do rei: 8x3 cm. As peças devem ter a base com fundo de veludo. ITEM NÃO EXCLUSIVO			
21	468	UND	Cronômetro-memória Para 200 voltas, tela grande de LCD com mostrador de 2 linhas, mostra a volta mais rápida, volta mais lenta e calcula o tempo médio, contagem regressiva com faixa de trabalho de 10 horas, função ritmo com intervalos de ritmo selecionáveis, mostra ano, mês, data, semana, hora, minutos e segundos, formato de hora 12/24 e alarme. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS			
22	5.000	UND	Colchonete produzido em EVA para alongamentos e exercícios abdominais, tem como características ser leve e fácil de transportar, material: EVA atóxico com 100% de memória. Capacidade: 200 kg. Cor: Azul. Tamanho: 100 cm x 50 cm x 20 mm. Lavável: Sim. Garantia conta defeito de fabricação, com a Logomarca colorida da Prefeitura Municipal. ITEM NÃO EXCLUSIVO			
23	468	UND	Tabela de Basquete Móvel - Produzida em aço com estrutura reforçada. Pintura contra ferrugem e aro clássico. Resistente ao sol e a chuva, fácil para limpar. Desenvolvida para ter durabilidade. Rede em Nylon. Portátil. Altura do anel: 1,65 m - 2,05 m Diâmetro da borda: 42 cm, para basquete padrão Tamanho do painel: 73 cm x 49 cm Tamanho da base: 75,5 cm x 18,5 cm x 51 cm A base pode ser preenchida com 35 kg de água ou 50 kg de areia para manter a estabilidade. Itens Inclusos: base, tabela, aro e rede. Garantia do Fabricante: 12 meses contra defeito de fabricação. ITEM NÃO EXCLUSIVO			
24	2.000	UND	Corda de pular indicada para: treinamento, ganho de força e resistência muscular, auxilia no emagrecimento e condicionamento físico. Material: PVC. Composição: corda em PVC, manopla de espuma. Dimensões aproximadas: 2,75 m. Importante: sem rolamento. Garantia do fabricante: 3 meses. Acompanhar manual e exercícios. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS			
25	1.000	UND	Escada de agilidade ideal para circuito e treinamento de agilidade. Foi desenvolvida com 9 degraus. Características: cor laranja e preta, lavável. Material: nylon. Dimensões: aproximadamente 3,95 x 0,58 cm (CxL). Peso: 300 g. Garantia: contra defeitos de fabricação. Acompanhar manual de exercícios. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

26	1.000	PAR	Rede para Tênis de Mesa Oficial Rede de Tênis de c/ Suporte em PVC rígido, sendo dois suportes contam com tratamento antiferrugem que duram por muitas partidas. Já a rede em poliamida é leve e também suporta bem os desgastes de uso, dois suportes em PVC rígido. Antiferrugem. Composição: 100%, poliamida. Dimensões aproximadas (LxA): 177x15 cm. Garantia do Fabricante contra defeito de fabricação. Modelo: Dobrável, contendo um par. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS			
27	2.000	PAR	Raquete para Tênis de Mesa Empunhadura: Clássica, densidade da lâmina: Média, espessura da lâmina: 6.0 milímetros, comprimento máximo: 25.03 centímetros, largura máxima: 15.00 centímetros, peso aproximado: 144 g, Material: 100% Madeira de ótima qualidade, modelo / Cabo: Clássica (FL), estrutura do cabo: Madeira com dureza média, controle: 90%, velocidade: 35%, classificação: OFF. Quantidade de folhas: 5 folhas. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS			
28	234	UND	Mesa para Tênis de Mesa Dobrável Cor do Tampo: cor azul com linhas brancas. Estrutura da Base (pés): Madeira, Ferro. Base articulável (pés): Sim, a mesa possui pés desmontáveis que ajudam no armazenamento da mesa em locais com pouco espaço; possui rodízios Sim, mesa possui pés com rodas para facilitar a locomoção; Espessura do tampo: 25 milímetros; Medida Oficial: Padrão Oficial. Medida mesa (montada) (AxLxC): 77 cm x 153 cm x 274 cm Medidas mesa (embalada) (AxLxC): 17.00 x 153 cm x 274 cm. Peso da mesa aproximadamente: 81 kg. Garantia do Fabricante; 12 meses contra defeito de fabricação. ITEM NÃO EXCLUSIVO			
29	468	UND	Bomba de encher bola double action, acompanha duas agulhas e mangueira. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS			
30	468	UND	Kit Badminton composto de 4 raquetes e três petecas de nylon, rede e suporte. Composição das raquetes: Aço. Cor: preto e laranja. Peso aproximado da raquete: 115 g. Dimensões aproximadas da raquete: 66 x 20 x 3 cm. Conjunto perfeito para quem pretende iniciar no badminton ou simplesmente se divertir nas horas de lazer. O kit é composto por 4 raquetes de badminton, 3 petecas de nylon, 1 jogo de rede (rede e postes) e 1 bolsa de armazenamento. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS			
31	4.680	UND	Colete Esportivo Dupla Face. Tecido 100% poliéster ponto diamante nos tamanhos pequeno (P), médio (M) e grande (G), nas cores vermelho e azul. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS			
32	1.000	UND	Apito profissional composto de polietileno rígido, não tóxico, sem emendas e sem composição de outro material, com som mínimo de 90 Decibéis na cor preta. Acompanha cordão confeccionado em algodão. Garantia do Fabricante: Contra defeito de fabricação. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS			
33	2.000	UND	Bambolê confeccionado em polietileno virgem medindo ½" de diâmetro com parede de 1,1cm com 63 cm de circunferência. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

34	234	UND	Mesa de Totó 302 – Mesa Pebolim Of. Embutido Boneco Alumínio. Medida: externa (caixote) - 1.33m x 0.74m externa com ferros - 1.33m x 1.00 m interna - 1.09m x 0.70m altura - 0.91m. Material: painel de madeira revestido em Amapá Belém tingido na cor mel, com duas gavetas e quatro pés de MDF em forma de cantoneira e sapata em madeira. Bonecos de alumínio e ferros sobrepostos. Acessórios: bolas de pebolim texturizadas em material ABS / TPU (3 unidades). Embalagem: caixa de papelão - medida: 1,41m x 1,08m x 0,28m. Peso Líquido: 35 kg. Peso bruto: 37 kg. ITEM NÃO EXCLUSIVO			
35	2.340	CX	Bola Oficial de Tênis de Mesa Caixa com 6 unidades, categoria 02 Estrelas, tamanho e Peso Oficiais, confeccionadas em celulóide resistente a deformação, quique suave, diâmetro: 40 mm, peso: 2,74g. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS			
Valor total:						
TOTAL POR EXTENSO R\$ _____						
DATA						
CARIMBO E ASSINATURA DA PROPONENTE						

Obs.: Havendo divergência entre as especificações da codificação CATMAT e o descritivo constante no presente Termo de Referência prevalecerá o Termo de Referência em consonância ao Princípio da Vinculação ao Ato Convocatório.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

ANEXO IV

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO	
				UNIT	TOTAL
1	585	UND	Bola de Basquete (feminino) - Tamanho adulto, confeccionada em microfibra, câmara airbilty, medindo entre 72-74 cm, pesando entre 510-565 gramas. Miolo removível slip system, lubrificado, matrizada. ITEM NÃO EXCLUSIVO	R\$ 156,33	R\$ 91.453,05
2	585	UND	Bola de Basquete (masculino) - Tamanho adulto, confeccionada em borracha, câmara butil, medindo entre 75-78 cm, pesando entre 650-650 gramas. Miolo removível slip system, lubrificado, matrizada. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 118,83	R\$ 69.515,55
3	585	UND	Bola de Basquete (infantil) - Tamanho mirim, confeccionada em borracha, câmara butil, medindo entre 72-74 cm, pesando entre 450-500 gramas. Miolo removível slip system, lubrificado, matrizada. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 67,82	R\$ 39.674,70
4	1.170	UND	Bola Oficial de Futsal (61-64 cm) - Oficial aprovada e com selo da Confederação Brasileira de Futsal ou por no mínimo 1 Federação estadual de Futsal nacional, circunferência de 61-64 cm, peso de 410 a 440 g, com tecnologia de 0% de absorção de água, costurada a mão, câmara airbilty, miolo slip system removível e lubrificado. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 37,23	R\$ 43.559,10
5	585	UND	Bola de Vôlei Oficial – Tamanho oficial adulto, confeccionada em PVC ou microfibra, costurada, com câmara de butil, medindo entre 65-67 cm, pesando entre 260-280 gramas. Gomos com enchimento de EVA, com calibragem 7-9 lb e miolo removível, tornando a bola mais macia e menos contundente. Com válvula. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 65,97	R\$ 38.592,45
6	585	UND	Bola Oficial de Beach Handball HB3 – Tamanho Masculino – HB3, com 32 gomos matrizados, miolo lubrificado e removível, câmara de látex. Toque super suave, com uma camada de espuma adicional (aprovada pela IHF e CBHB). Peso Oficial: 325 – 400 g. Tamanho: 53 cm de diâmetro. ITEM NÃO EXCLUSIVO	R\$ 161,54	R\$ 94.500,90
7	585	UND	Bola Oficial de Handebol H1L Tamanho Infantil, confeccionada em PVC, costurada, com câmara de butil, medindo entre 49-51 cm, pesando entre 230 e 270 gramas, Com válvula. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 42,44	R\$ 24.827,40
8	585	UND	Bola Oficial de Handebol H2L Tamanho juvenil/feminino, costurada, confeccionada em PVC, com câmara de butil, medindo entre 54-56 cm, pesando entre 325 e 400 gramas, Com válvula. ITEM NÃO EXCLUSIVO	R\$ 155,51	R\$ 90.973,35



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

9	585	UND	Bola Oficial de Handebol H3L Tamanho Masculino, costurada, confeccionada em PVC, com câmara de butil, medindo entre 58-60 cm, pesando entre 425 e 475 gramas, miolo slip system removível e lubrificado. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 70,37	R\$ 41.166,45
10	585	UND	Bola para iniciação nº 8, Tamanho nº 8, nas cores amarela, confeccionada em borracha, medindo aproximadamente 40 e 42 cm, pesando entre 110 – 120 g, miolo substituível, câmara em butil. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 9,68	R\$ 5.662,80
11	585	UND	Bola para iniciação nº 10, Tamanho nº 10, nas cores vermelha, confeccionada em borracha, medindo aproximadamente 48 e 50 cm, pesando entre 180 – 200 g, miolo substituível, câmara em butil. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 13,26	R\$ 7.757,10
12	3.000	UND	Cone de sinalização Com 75 cm de altura, com 1,21 cm de diâmetro, fabricado em polietileno semi flexível com duas ou três fitas refletivas ou não refletivas, impermeável, na cor laranja. ITEM NÃO EXCLUSIVO	R\$ 30,38	R\$ 91.140,00
13	468	PAR	Rede para Futsal Par Rede Gol Futsal Fio 6 mm Nylon Futebol de Salão. Confeccionada na malha 12x12 cm em corda trançada. ITEM NÃO EXCLUSIVO	R\$ 199,00	R\$ 93.132,00
14	234	UND	Rede Oficial para Vôlei de Quadra Rede de Voleibol 9,5 m com 4 faixas sintéticas de PVC, cordas para sustentação, costura dupla, Fio 1,5 mm, malha 14x14 cm medindo 1,00 de altura por 9,5 metros de comprimento, fabricado a máquina com tecnologia sem nós e Fio de Seda. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 117,59	R\$ 27.516,06
15	468	PAR	Rede para aros de basquete Rede de competição oficial com nó artesanal em corda dupla de algodão de 6 mm de espessura, franjas e 12 alças. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 36,99	R\$ 17.311,32
16	234	PAR	Antenas Oficiais para rede de voleibol Material: Fibra de vidro, com 1,80 metros de altura e 1,0 cm de largura, na cor oficial branca e vermelha. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 39,47	R\$ 9.235,98
17	468	PAR	Fita para fixação da antena de voleibol confeccionada em algodão e costuras em poliamida. Possui 1,0m de comprimento e 5,0 cm de largura, com velcros para melhor fixação da antena à rede e de fácil manuseio. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 35,00	R\$ 16.380,00
18	1.000	CX	Jogo de Dominó com Maleta Metálica Com 28 peças, sendo 06 dobres em cores diferentes peças feitas em material sintético, regras inclusas. Dimensões: 5 cm comprimento x 2,5 cm largura x 1 cm altura. Peso: 0,9 Kg. Medida Maleta: 4x14x21 (AxLxC). ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 31,13	R\$ 31.130,00
19	1.000	JG	Jogo de Dama Tabuleiros e peças em madeiras, sendo 24 peças, sendo 12 na cor vermelha e 12 na cor preta. Tabuleiro Aberto com 26x26 cm. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 36,87	R\$ 36.870,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

20	1.000	JG	Jogo de Xadrez com Tabuleiro na cor Marrom Peças de madeira trabalhada, tabuleiro madeira trabalhada, peças acondicionadas em saquinhos de algodão, tamanho do tabuleiro aberto: 40x40 cm, tamanho da caixa (tabuleiro fechado): 20x40x5 cm de altura, tamanho do peão: 3,2 cm, tamanho da torre: 4 x 2,5 cm, tamanho do bispo: 6x2,5 cm, tamanho do Cavalo: 5,5x2,5 cm, tamanho da rainha: 6,5x3 cm, tamanho do rei: 8x3 cm. As peças devem ter a base com fundo de veludo. ITEM NÃO EXCLUSIVO	R\$ 130,92	R\$ 130.920,00
21	468	UND	Cronômetro-memória Para 200 voltas, tela grande de LCD com mostrador de 2 linhas, mostra a volta mais rápida, volta mais lenta e calcula o tempo médio, contagem regressiva com faixa de trabalho de 10 horas, função ritmo com intervalos de ritmo selecionáveis, mostra ano, mês, data, semana, hora, minutos e segundos, formato de hora 12/24 e alarme. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 99,42	R\$ 46.528,56
22	5.000	UND	Colchonete produzido em EVA para alongamentos e exercícios abdominais, tem como características ser leve e fácil de transportar, material: EVA atóxico com 100% de memória. Capacidade: 200 kg. Cor: Azul. Tamanho: 100 cm x 50 cm x 20 mm. Lavável: Sim. Garantia conta defeito de fabricação, com a Logomarca colorida da Prefeitura Municipal. ITEM NÃO EXCLUSIVO	R\$ 24,76	R\$ 123.800,00
23	468	UND	Tabela de Basquete Móvel - Produzida em aço com estrutura reforçada. Pintura contra ferrugem e aro clássico. Resistente ao sol e a chuva, fácil para limpar. Desenvolvida para ter durabilidade. Rede em Nylon. Portátil. Altura do anel: 1,65 m - 2,05 m Diâmetro da borda: 42 cm, para basquete padrão Tamanho do painel: 73 cm x 49 cm Tamanho da base: 75,5 cm x 18,5 cm x 51 cm A base pode ser preenchida com 35 kg de água ou 50 kg de areia para manter a estabilidade. Itens Inclusos: base, tabela, aro e rede. Garantia do Fabricante: 12 meses contra defeito de fabricação. ITEM NÃO EXCLUSIVO	R\$ 3.519,47	R\$ 1.647.111,96
24	2.000	UND	Corda de pular indicada para: treinamento, ganho de força e resistência muscular, auxilia no emagrecimento e condicionamento físico. Material: PVC. Composição: corda em PVC, manopla de espuma. Dimensões aproximadas: 2,75 m. Importante: sem rolamento. Garantia do fabricante: 3 meses. Acompanhar manual e exercícios. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 8,70	R\$ 17.400,00
25	1.000	UND	Escada de agilidade ideal para circuito e treinamento de agilidade. Foi desenvolvida com 9 degraus. Características: cor laranja e preta, lavável. Material: nylon. Dimensões: aproximadamente 3,95 x 0,58 cm (CxL). Peso: 300 g. Garantia: contra defeitos de fabricação. Acompanhar manual de exercícios. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 35,93	R\$ 35.930,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

26	1.000	PAR	Rede para Tênis de Mesa Oficial Rede de Tênis de c/ Suporte em PVC rígido, sendo dois suportes contam com tratamento antiferrugem que duram por muitas partidas. Já a rede em poliamida é leve e também suporta bem os desgastes de uso, dois suportes em PVC rígido. Antiferrugem. Composição: 100%, poliamida. Dimensões aproximadas (LxA): 177x15 cm. Garantia do Fabricante contra defeito de fabricação. Modelo: Dobrável, contendo um par. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 59,28	R\$ 59.280,00
27	2.000	PAR	Raquete para Tênis de Mesa Empunhadura: Clássica, densidade da lâmina: Média, espessura da lâmina: 6.0 milímetros, comprimento máximo: 25.03 centímetros, largura máxima: 15.00 centímetros, peso aproximado: 144 g, Material: 100% Madeira de ótima qualidade, modelo / Cabo: Clássica (FL), estrutura do cabo: Madeira com dureza média, controle: 90%, velocidade: 35%, classificação: OFF. Quantidade de folhas: 5 folhas. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 14,64	R\$ 29.280,00
28	234	UND	Mesa para Tênis de Mesa Dobrável Cor do Tampo: cor azul com linhas brancas. Estrutura da Base (pés): Madeira, Ferro. Base articulável (pés): Sim, a mesa possui pés desmontáveis que ajudam no armazenamento da mesa em locais com pouco espaço; possui rodízios Sim, mesa possui pés com rodas para facilitar a locomoção; Espessura do tampo: 25 milímetros; Medida Oficial: Padrão Oficial. Medida mesa (montada) (AxLxC): 77 cm x 153 cm x 274 cm Medidas mesa (embalada) (AxLxC): 17.00 x 153 cm x 274 cm. Peso da mesa aproximadamente: 81 kg. Garantia do Fabricante; 12 meses contra defeito de fabricação. ITEM NÃO EXCLUSIVO	R\$ 1.260,34	R\$ 294.919,56
29	468	UND	Bomba de encher bola double action, acompanha duas agulhas e mangueira. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 16,60	R\$ 7.768,80
30	468	UND	Kit Badminton composto de 4 raquetes e três petecas de nylon, rede e suporte. Composição das raquetes: Aço. Cor: preto e laranja. Peso aproximado da raquete: 115 g. Dimensões aproximadas da raquete: 66 x 20 x 3 cm. Conjunto perfeito para quem pretende iniciar no badminton ou simplesmente se divertir nas horas de lazer. O kit é composto por 4 raquetes de badminton, 3 petecas de nylon, 1 jogo de rede (rede e postes) e 1 bolsa de armazenamento. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 114,80	R\$ 53.726,40
31	4.680	UND	Colete Esportivo Dupla Face. Tecido 100% poliéster ponto diamante nos tamanhos pequeno (P), médio (M) e grande (G), nas cores vermelho e azul. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 8,12	R\$ 38.001,60
32	1.000	UND	Apito profissional composto de polietileno rígido, não tóxico, sem emendas e sem composição de outro material, com som mínimo de 90 Decibéis na cor preta. Acompanha cordão confeccionado em algodão. Garantia do Fabricante: Contra defeito de fabricação. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 12,71	R\$ 12.710,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

33	2.000	UND	Bambolê confeccionado em polietileno virgem medindo ½” de diâmetro com parede de 1,1cm com 63 cm de circunferência. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 1,79	R\$ 3.580,00
34	234	UND	Mesa de Totó 302 – Mesa Pebolim Of. Embutido Boneco Alumínio. Medida: externa (caixote) - 1.33m x 0.74m externa com ferros - 1.33m x 1.00 m interna - 1.09m x 0.70m altura - 0.91m. Material: painel de madeira revestido em Amapá Belém tingido na cor mel, com duas gavetas e quatro pés de MDF em forma de cantoneira e sapata em madeira. Bonecos de alumínio e ferros sobrepostos. Acessórios: bolas de pebolim texturizadas em material ABS / TPU (3 unidades). Embalagem: caixa de papelão - medida: 1,41m x 1,08m x 0,28m. Peso Líquido: 35 kg. Peso bruto: 37 kg. ITEM NÃO EXCLUSIVO	R\$ 1.258,44	R\$ 294.474,96
35	2.340	CX	Bola Oficial de Tênis de Mesa Caixa com 6 unidades, categoria 02 Estrelas, tamanho e Peso Oficiais, confeccionadas em celulóide resistente a deformação, quique suave, diâmetro: 40 mm, peso: 2,74g. ITEM EXCLUSIVO PARA MEL, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 8,61	R\$ 20.147,40
Valor total: R\$ 3.685.977,45					
TOTAL POR EXTENSO: TRÊS MILHÕES SEISCENTOS E OITENTA E CINCO MIL NOVECENTOS E SETENTA E SE SETE REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS					



ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

N.º ____/2020

A **Prefeitura Municipal de São Gonçalo**, com sede à Rua Dr. Feliciano Sodré, n.º 100 – Centro, na cidade de São Gonçalo, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o n.º 28.636.579/0001-00, neste ato representado(a) pelo(a) _____ **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** nomeado(a) pela Portaria n.º ____ de ____ de ____ de 20____, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de São Gonçalo de ____ de ____ de 20____, inscrito(a) no CPF sob o n.º ____-____-____ portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS** n.º ____/2020, publicada no ____ de ____/____/2020, processo administrativo n.º **30.935/2019**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto Municipal n.º 057, de 2009, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a futura e eventual aquisição de material esportivo para atender a demanda das **UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**, especificado no **item 5** do Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão Eletrônico* SRP n.º ____/2020, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

3. ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

3.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item n.º	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade



4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contados a partir de sua publicação, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros de preços nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do Decreto Municipal n. 057, de 2009.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2020

TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO DESTINADO ÀS UNIDADES EDUCACIONAIS DE SÃO GONÇALO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO E A
_____.

Aos ____ (_____) dias do mês de (_____) do ano de 2020 a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO**, pessoa jurídica de direito público interno, doravante denominado CONTRATANTE, representado, neste ato, pelo **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, o(a) Sr.(Sr^a) _____, brasileiro(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ expedida pelo _____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF – sob o nº. _____, e do outro lado a _____, doravante denominada CONTRATADA, estabelecida a _____, nº. ____ – _____ – ____/____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo Sr. _____, _____, _____, _____, _____, expedida pelo _____, e, tendo em vista a decisão proferida no Processo Administrativo nº **30.935/2019**, através do Pregão Eletrônico PMSG N.º ____/2020, assinam o presente Contrato, o qual se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, particularmente pelas normas gerais consolidadas na Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, Decreto Municipal nº 004, de 13 de Janeiro de 2020, e ainda pelas cláusulas e condições seguintes:

1 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PRAZO

1.1 Aquisição de materiais esportivos destinado às unidades escolares do Município.

1.2 O prazo para entrega será de até **15 (quinze) dias corridos**, contados do primeiro dia útil subsequente àquele do recebimento da Nota de Empenho, que poderá ser feita por correio eletrônico.

2 – CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1. DA CONTRATADA

2.1.1 Obrigações da Contratada:

- a) Entregar o objeto em conformidade com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência;
- b) Responsabilizar-se pela completa entrega dos equipamentos, quando constatadas quaisquer impropriedades nos mesmos;



c) Arcar com os ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam decorrer da aquisição da contratada, responsabilizando-se pelo cumprimento de todas as exigências das repartições públicas competentes, com total isenção do CONTRATANTE;

d) Substituir no prazo máximo de 7 (sete) dias, às suas expensas todo e qualquer material que for recusado, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação, a qual ocorrerá após conferência quantitativa e qualitativa, atestada por servidores responsáveis do órgão requisitante;

e) A CONTRATADA se obriga a fornecer o material nas condições e especificações constantes de sua proposta de preços, inclusive mantendo as marcas dos materiais ofertados na proposta inicial.

2.1.1.1 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

2.1.1.2 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

2.2. DA CONTRATANTE

2.2.1 Obrigações da Contratante:

a) Cumprir fielmente este Contrato;

b) Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela **CONTRATADA**, pertinentes ao objeto do contratado;

c) Zelar pelo bom andamento do presente contrato, dirimindo dúvidas porventura existentes, através do servidor que vier a ser designado como Fiscal do Contrato;

d) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** na forma prevista em lei; a) Relacionar-se com a **CONTRATADA** através de servidor(es) designado(s) pela **CONTRATANTE**.

3 – CLÁUSULA TERCEIRA – GARANTIA DO MATERIAL E DOS SERVIÇOS:

3.1. A **CONTRATADA** deverá fornecer garantia de 90 dias a partir da data de emissão da nota fiscal de compra, como estabelece o código de defesa do consumidor (lei 8.078 - 11/09/1990 - art. 26 inciso II).

3.1.1. Na hipótese da **CONTRATADA** oferecer garantia por tempo superior, prevalecerá esta.

3.1.2. A **CONTRATADA** deverá, obrigatoriamente, entregar Termo de Garantia no ato da entrega dos equipamentos, sob pena de não lhe ser fornecido sequer recebimento provisório.

4 – CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1. A despesa no valor de R\$ _____ (_____) correrá a conta do Programa de Trabalho nº 2027.12.361.2028.2100, Código de Despesa nº 33.90.30.00 e Fontes de Recursos nº 00 e 06.

5 – CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



5.1. Os pagamentos serão creditados em conta corrente da titularidade da Contratada, desde que seja instruído com:

5.1.1. Pedido endereçado ao Ordenador de despesa, onde deverão constar os dados bancários (nome da Instituição Financeira Agência e Conta Corrente);

5.1.2. Cópia da nota fiscal, devidamente atestada, e as Certidões de Regularidade do Empregador (FGTS) e da de débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e a dívida Ativa da União;

5.2. A CONTRATANTE pagará à contratada, a importância pactuada, conforme a comprovação do serviço efetivamente fornecido.

5.3. A cobrança do produto fornecido deverá ser feita pela contratada, de acordo com as quantidades estabelecidas, em pedido endereçado ao Ordenador de Despesa, devendo vir acompanhada dos seguintes documentos: Nota Fiscal/Fatura (duas vias); Cópia do Termo de Contrato; Cópia de Termos Aditivos (se houver); Cópia da(s) Nota(s) de Empenho; Certidões de Regularidade de Empregador (FGTS); Certidão de Regularidade perante a Receita Federal e Dívida Ativa da União.

5.4. O pagamento das notas fiscal(s)/fatura(s) do produto fornecido, devidos à contratada serão efetuados pela SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, não sendo superior ao prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento da respectiva parcela.

5.5. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” por servidores vinculada a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura.

5.6. Nos termos do que dispõe a alínea “d”, Inciso XIV, do Art. 40 da Lei Federal n.º 8.666/93 e, se for o caso, do § 3º do art. 5, ambos da Lei de Licitações e Contratos, ficam estabelecidos os critérios de penalizações e compensações financeiras previstos neste Edital.

5.7. Em ocorrendo atraso de pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, esta terá direito a receber sobre a parcela devida;

5.8. Compensação financeira no valor equivalente a variação do IGPM, calculado “pro rata die”, entre a data estabelecida para o vencimento da fatura e a data do efetivo pagamento.

6 – CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA NO TODO OU EM PARTE E DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

6.1. Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios. Observe-se, ainda, que é vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação (Decreto nº 8.538, de 2015, art. 7º, inciso I e §2º).

6.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

7 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL



7.1. O presente Contrato poderá ser alterado nos seguintes casos:

I – Por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato.

II – Unilateralmente pela Administração:

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação aos seus objetivos;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei n.º 8.666/93.

8 – CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Na hipótese da ocorrência de quaisquer infrações contratuais ou legais, especialmente de inadimplemento de obrigação pela CONTRATADA, o MUNICÍPIO aplicará as seguintes sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993:

- 8.1.1. Advertência escrita;
- 8.1.2. Multa;
- 8.1.3. Suspensão temporária;
- 8.1.4. Declaração de inidoneidade.

8.2. Advertência por escrito, quando a **CONTRATADA** infringir obrigações ajustadas no **CONTRATO** e for a primeira falta. Neste caso, será concedido, formalmente, pela FISCALIZAÇÃO, prazo à **CONTRATADA** para sanar as irregularidades.

8.3. Da Aplicação de Multa por Atraso Injustificado ou Inexecução Total ou Parcial do Objeto do Contrato:

8.3.1. A Comissão ou servidor especialmente designado serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato administrativo, observados os prazos estabelecidos para seu cumprimento integral ou parcial, deverão comunicar à autoridade responsável pela contratação a ocorrência de atraso injustificado em sua execução, bem como a sua inexecução total ou parcial, a fim de viabilizar a aplicação das multas previstas na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

8.3.2. A multa a que se referem o artigo 86 e o inciso II, do artigo 87, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, pode ser definida e aplicada nas situações seguintes:

- 8.3.2.1. Por atraso, nos Contratos de Compras, em geral;
- 8.3.2.2. Por inexecução total ou parcial;
- 8.3.2.3. No caso de atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso;

8.3.2.4. No caso de atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) dia até o 60º (sexagésimo) dia, multa de 0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso.

8.4. Das Disposições Gerais com relação à aplicação da multa



8.4.1. Poderá ser aplicada Multa Especial, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor da contratação, quando a **CONTRATADA**, sem a existência de motivo justo, der causa à sua rescisão.

8.4.2. Em toda e qualquer fase ou etapa da contratação, estará a **CONTRATADA** sujeita à multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação.

8.4.3. As multas, quando cabíveis e aplicáveis, serão cumulativas com as demais penalidades, eventualmente passíveis de imposição.

8.4.4. As multas serão recolhidas em favor da **CONTRATANTE**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação do ato que as impuser à **CONTRATADA**, assegurados, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa, constante da alínea f, inciso I, do art.109, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

8.4.5. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova da sua não aplicabilidade por ato formal do SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO.

8.4.6. Se os valores das multas referidas nos itens anteriores não forem pagos ou depositados voluntariamente pela **CONTRATADA**, no prazo estipulado no item 9.4.4. será promovido o desconto do valor devido. Primeiramente, executando-se a garantia (se houver) e se esta não for suficiente, descontando-se o valor da multa das parcelas a serem pagas. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito por parte da **CONTRATADA**, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado judicialmente.

8.4.7. A imposição de qualquer penalidade não exime a **CONTRATADA** do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos, perdas e prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração Pública direta ou indireta.

8.4.8. Em se tratando de Compras, será considerado como inexecução total do Contrato, por parte da **CONTRATADA**, atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos.

8.4.9. Em todos os casos, a penalidade de multa será aplicada pelo SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO do órgão integrante da Administração Pública indireta.

8.5. Suspensão temporária – é a penalidade que suspende a participação em Licitação e declara o impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO e a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, por prazo não superior a dois anos, a ser estabelecida pelo Chefe do Poder Executivo, em despacho fundamentado e publicado.

8.6. Declaração de inidoneidade – é a declaração que impede a Empresa Licitante ou **CONTRATADA** de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, assim que a Licitante ou **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

8.6.1. O processo de pedido de Declaração de Inidoneidade da Licitante ou **CONTRATADA** será encaminhado para a Procuradoria Geral do Município de São Gonçalo para apreciação, antes de ser publicada.

9 – CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DA INEXECUÇÃO



9.1. As hipóteses de rescisão e inexecução serão regulamentadas pelas disposições contidas nos artigos 78 a 80 da Lei Federal 8.666/93.

9.2. A **CONTRATANTE** poderá rescindir o presente Contrato, por ato administrativo unilateral, nas hipóteses previstas no Art. 78, Inciso I a XII e XVII e XVIII, da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba a **CONTRATADA** qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstrarem cabíveis em processo administrativo regular.

9.3. Em todos os casos a rescisão será formalmente motivada nos autos do processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, na forma do parágrafo único do art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

10 – CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS FORTUITOS OU MOTIVOS DE FORÇA MAIOR

10.1. Os casos fortuitos ou motivos de força maior ocorridos com qualquer das partes prolongam, pelo período efetivo de sua duração, o prazo para o cumprimento das obrigações contratuais das PARTES, desde que, comprovadamente, afetem os trabalhos relacionados com o objeto deste CONTRATO.

10.2. Os casos fortuitos ou motivos de força maior serão informados por escrito pela fiscalização da Fundação Municipal de Saúde, para que este decida sobre a atitude a ser tomada, desde que, comprovadamente, afetem as entregas do objeto deste CONTRATO.

10.3. Enquanto perdurar o caso fortuito ou o motivo de força maior, nenhuma penalidade, juros ou indenização poderão ser pretendidos pelas PARTES.

10.4. Serão para fins deste CONTRATO casos fortuitos ou motivos de força maior aqueles que se enquadrarem na conceituação legal do parágrafo único, do artigo 393, do Código Civil Brasileiro, ou nas disposições do inciso II do § 1º do artigo 57 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

10.5. Cessados os efeitos do caso fortuito ou do motivo de força maior, serão restabelecidas as condições previstas neste CONTRATO.

10.6. No caso de não ser reconhecida pela **CONTRATANTE** a alegação de caso fortuito ou motivo de força maior, poderão ser aplicadas as penalidades previstas neste CONTRATO.

11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

11.1 – A Administração Municipal, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO publicará no Diário Oficial Eletrônico do Município o extrato do contrato celebrado em decorrência de licitação realizada na modalidade pregão, no prazo de até 20 (vinte) dias da data da assinatura, conforme artigo 48, do Decreto Municipal n.004/2020.

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A aquisição objeto deste será fiscalizado por servidores do Município, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, desde que designados, incumbindo-lhe, consequentemente, a prática de todos os atos próprios ao exercício desse mister, definidos na legislação própria, no Edital de licitação, e nas especificações dos serviços, inclusive quanto a recomendar a autoridade competente a aplicação das penalidades previstas no futuro Contrato e na Legislação em vigor e, ainda, anotar em registro próprio, todas as ocorrências



relacionadas com a execução dos mesmos, determinando, expressamente o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos verificados, conforme artigo 67 e parágrafos, da Lei Federal n.º 8.666/93.

12.2. A Contratada se compromete a aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização e previstos no futuro Contrato, no Edital e Normas Técnicas da ABNT, pertinentes, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações e esclarecimentos que a fiscalização julgar necessário ao desempenho de suas atividades.

12.3. A existência e a atuação da fiscalização do MUNICÍPIO em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne ao objeto contratado e as suas consequências e implicações, próximas ou remotas. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação a entrega e, particularmente à qualidade dos serviços, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas quando desatendidas às disposições a elas relativas.

13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Fica reservado a Fiscalização o direito e autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previsto neste instrumento, nas especificações, e em tudo que se relacione, direta ou indiretamente com o fornecimento do objeto deste Contrato.

14 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o presente Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

14.2. A **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculado à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de atos da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.3. É prerrogativa do **CONTRATANTE** as disposições previstas no Art. 58, da Lei nº 8.666/93.

14.4. O presente contrato integra o ato convocatório desta licitação e seus anexos a este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

15 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Obriga-se a **CONTRATADA**, por si e seus sucessores ao fiel cumprimento de todas as condições estabelecidas neste instrumento, ficando desde já, eleito o foro da Comarca de São Gonçalo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente instrumento.

Para firmeza e validade do que ficou estipulado as partes contratantes assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO CONTRATANTE	CONTRATADA
--	-------------------

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:_____

CPF:_____

Assinatura:_____

Nome:_____

CPF:_____